

A imagem midiática do véu integral no “Caso da burca” na França: estratégias de visibilidade, rostidade e crise icônica¹

Camila Cabral AREÂS²

RESUMO

Este artigo trata da construção midiática de uma certa visibilidade pública do islã na França a partir do estudo da cobertura do « Caso da burca » (2009-2010) na imprensa regional (*Ouest France* e *Presse Océan*). A partir de uma abordagem semiótica em comunicação, nosso objetivo é demonstrar como o « Caso da burca » suscita reflexões sobre o regime de visibilidade que constitui a cultura da imagem contemporânea francesa. Considerando a arena midiática como um espaço público que articula estratégias de visibilidade e de invisibilidade, nós observaremos como o véu integral é representado como um signo ao mesmo tempo « opaco » e « ostensivo », levantando interrogações sobre as noções de « rostidade » e de « crise icônica ».

PALAVRAS-CHAVES: Imprensa; Semiótica; Véu integral; Visibilidade; Rostidade; Crise icônica

TEXTO DO TRABALHO

No contexto francês da cultura da imagem contemporânea em que a mídia constitui um dispositivo central à expansão da visibilidade, nos propomos a pensar o caráter não-icônico da religião islâmica em relação ao fluxo de imagens midiáticas. Mais precisamente, este artigo trata da construção midiática de uma certa visibilidade pública do islã na França a partir do estudo da cobertura jornalística do “Caso da burca” (2009-2010). Tecido opaco e impenetrável, o véu integral islâmico sacraliza não apenas o corpo da mulher, mas a idéia mesmo de inacessibilidade ao olhar, inaugurando assim algumas interrogações sobre as noções de “rostidade” (DELEUZE, GUATTARI, 1980, p.205-233) e de “crise icônica”(LATOUR, 2009, p.138). Estas noções nos oferecem uma perspectiva de análise ainda pouco explorada para tratar o conceito de “visibilidade” (HEINICH, 2012; AUBERT, HAROCHE, 2011; VOIROL, 2005) que se situa num entrecruzamento de estudos em religião, mídia e esfera pública.

¹ Trabalho apresentado na XI Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial (Eclesiocom), realizada em Engenheiro Coelho.

² Doutora e pesquisadora em Comunicação/Semiótica na Universidade Paris 2 (Sorbonne-Panthéon-Assas), Centre de recherche et d’analyse interdisciplinaire sur les médias (CARISM) / Institut Français de Presse (IFP). E-mail: cc.areas@gmail.com.

A partir de uma abordagem sémiotica em comunicação – articulando metodologias de análise de discurso e de imagem –, nós estudaremos a cobertura de imprensa regional³ do “Caso da burca”. Nosso objetivo é demonstrar como o “Caso da burca” suscita reflexões sobre o regime de visibilidade e de publicidade que constitui a cultura da imagem contemporânea francesa. Neste debate público, nós observamos que o véu integral é representado como um signo ao mesmo tempo “obscuro” e “ostensivo”, e sobretudo incompatível com o princípio laico de neutralidade dos lugares públicos. Consideramos assim que esta problematização torna evidente a centralidade da noção de “visibilidade” na cultura da imagem do regime republicano francês. Por estas razões, neste artigo, nós trataremos o espaço midiático como um espaço público que articula estratégias de visibilidade-invisibilidade e constrói, de maneira normativa, um certo espectro de visibilidade islâmica.

1. Construção midiática do “visível-invisível” no “Caso da burca”

Nantes, Oeste da France, 2 de abril de 2010. Um guarda no exercício da sua função vigia a estrada. Ume condutora velada integralmente, a bordo de uma mercedes preta, com os vidros fumês, é parada pelo guarda. O encontro destes dois anônimos lhes arranca do seu automatismo banal cotidiano e marca uma transformação de envergadura social e política. A condutora que recebeu uma multa de 22 euros por “circulação em condições não propícias” contesta desta com o objetivo de saber : “É permitido dirigir com um *niqab* na França?”. De uma legitimidade provocadora, a questão ecoou como um grito em meio ao barulho do debate parlamentar já em curso sobre a pertinência de fazer uma lei contre o porte do véu integral. Foi assim que esta notícia local (“fato diverso”) chamada “*Niqab* ao volante” inaugurava a polêmica nacional batizada pelos jornalistas como o “Caso da burca”. Este fato diverso que detinha um caráter *a priori* policial acumulava, no entanto, todos os ingredientes necessários à construção da intriga

³ O corpus analisado reagrupa todas as reportagens publicadas nos jornais *Ouest France* e *Presse Océan* entre 16 de junho de 2009 (data da criação de uma comissão de inquérito parlamentar sobre o porte do *niqab* na França) e 31 de dezembro de 2010 (desfecho do fato diverso « *niqab* ao volante », à origem do caso nacional).

política e midiática : islã, mulher velada, símbolo religioso, visibilidade, lugar público e laicidade.

Com o objetivo de analisar as estratégias de visibilidade construindo este fato diverso através da sua cobertura na imprensa regional, nós analisamos a construção narrativa e visual de seus personagens, sobretudo Sandrine Moulères, a mulher em *niqab*. Seguindo o especialista em narratologia midiática Marc Lits, segundo o qual “sem personagem, não há narrativa” (LITS, 2008, p.113), é importante ressaltar, neste caso preciso, que o personagem de Sandrine que deu origem a este fato diverso não guarda um lugar de protagonista no desenrolar da polêmica, a qual vai se estruturar em torno do seu marido, Liès Hebbadj. Este deslocamento das funções narrativas dos personagens traz à luz certas estratégias de visibilidade que nos sugerimos ser um índice da significação deste debate público que nascia neste início de 2010.

Protagonista da notícia local, mas não do debate público nacional, Sandrine Moulères é um personagem central, em ação, mas construído como vítima e submissa à intriga. Sandrine se afirmou como ícone do fato diverso de Nantes mas ela é relegada ao segundo plano na trama narrativa do caso nacional. Ao contrário, Liès Hebbadj se consolidou ao longo da narrativa como ícone do caso nacional, personagem alvo das reviravoltas políticas e judiciárias do debate. Construído como uma figura complexa e fazendo prova de atributos contraditórios, Liès se torna o verdadeiro personagem midiático do caso, funcionando como um cimento narrativo interligando os episódios e garantindo a macro-narrativa da intriga, ou seja, operando a passagem da notícia local ao debate público nacional. Através do nosso corpus de imprensa, constatamos que Liès se deixa captar pelos holofotes políticos e midiáticos, enquanto Sandrine, segue velada por seu véu integral, à sombra do marido, desenvolvendo uma estratégia de visibilidade que nós consideramos central à problematização do “Caso da burca”.

Através da análise quantitativa do nosso corpus de imprensa, podemos observar que Sandrine é alvejada pelo olho da câmera fotográfica 15 vezes, enquanto Liès, 18. Sandrine só é a personagem principal de 10 reportagens, das quais apenas 3 mencionam seu nome no título, enquanto seu marido é o personagem chave de 23 reportagens, das quais 22 inscrevem seu nome no título (anexo 1 : figuras 1 e 2). Apoiando-nos na

socióloga Nathalie Heinich no que diz respeito à compreensão da noção de “capital de visibilidade”, entendido como um capital simbólico “mensurável, cumulável, transmissível e conversível” (HEINICH, 2012, p.51), nós remarcamos, a partir desta análise quantitativa, que Liès é dotado de um “capital de visibilidade” bem mais importante que Sandrine, especialmente em razão dos esteriótipos ligados ao islã na França (pré-capital midiático) que ele supostamente acumula.

Publicados cotidianamente pelos jornais estudados, as fotos de Sandrine e de Liès construíram, respectivamente, as identidades visuais do fato diverso “*Niqab* ao volante” e do “Caso da burca”. Interpretadas como produtos semióticos de um processo de significação ancorado no contexto de circulação e recepção do fato local (debate parlamentar sobre a lei do *niqab*), estes retratos funcionam ao mesmo tempo como ícones e símbolos. Eles são ícones na medida em que eles se prestam a uma representação metonímica do “Caso da burca”. Eles são igualmente símbolos na medida em que trazem à cena pública questões sócio-políticas nacionais advindas da publicização dos signos do islã no espaço público laico.

Imagem repetitiva e insistente ao longo de todo o debate público, o ícone Liès Hebbadj se transforma em um símbolo quando ele incarna – através de temas como “poligamia”, “fraude ao subsídio social”, “nacionalidade conquistada por casamento” e “extremismo religioso” – uma ameaça socio-política aos valores e às leis da República francesa. Imagem menos recorrente, o ícone Sandrine Moulères é o símbolo de uma transição social relativa aos costumes e crenças : seu véu integral incarna o fato religioso na esfera pública laica francesa. Nos dois casos, a aparência dos personagens é transformada em matéria simbólica, se constituindo como visibilidades que personificam discursos.

A conversão dos personagens em ícones e símbolos condensando problemáticas nacionais, traduz assim a passagem de uma visibilidade social a uma visibilidade midiática. Enquanto a primeira é prática e tributária de uma “lógica de situações”, ganhando forma no curso das interações e em situação de co-presença (interação imediata), a segunda remete ao que chamamos de “quase interações midiáticas” (THOMPSON, 2000, p.192) pelos suportes de comunicação. Esta visibilidade midiática

é o produto de uma cadeia complexa de atores e instituições, fabricando o “visível”. Mesmo se considerarmos que estas duas visibilidades se imbrincam na experiência cotidiana, nós remarcamos que a visibilidade midiática é uma peça central na conversão da “notícia local” em um “problema público” que mobiliza as esferas políticas e jurídicas nacionais.

Como é o caso aqui, os ícones de “Sandrine” e de “Liès” são produtos de uma visibilidade midiática que permite a expansão do horizonte do visível e da experiência social, promovendo uma significação do mundo inseparável das aparências, das imagens e do peso do olhar. A este respeito, o sociólogo John B. Thompson sugere uma “transformação da visibilidade” (THOMPSON, 2000, p.198) que, sob o império midiático, é compreendida unicamente no sentido da visão. O sociólogo Olivier Voirol evoca a produção de uma “forma moderna de polis” (VOIROL, 2005, p.98). Esta visibilidade midiática, base simbólica de uma coletividade socio-política e origem de um “ver-junto” (MONDZAIN, 2003, p.146,147), termo de Marie-José Mondzain, participa da escrita coletiva de uma memória compartilhada e, assim, de um certo senso de realidade, de um certo “viver-junto” (BARTHES, 2002).

Na passagem da notícia local à polêmica nacional, podemos notar que, ao conferir uma dimensão pública nacional a ocorrências locais e a personagens anônimos, os jornais estudados realizam um trabalho normativo, logo, moral e político. Eles definem uma “hierarquia do ver”, quer dizer, uma ordem do visível e um regime de visibilidade, determinando “o que vale ser visto” e “o que passa desapercibido”, sendo condenado à invisibilidade, ao silêncio e à insignificância (VOIROL, 2005, p.19). Assim, se os jornais estudados conferiram uma maior visibilidade a Liès na cobertura deste debate, é justamente por duas razões determinantes : primeiramente, porque seu passado polêmico faz eco às questões levantadas durante o debate parlamentar sobre a lei proibindo o véu integral e, em seguida, porque Sandrine resiste à injunção à visibilidade midiática, seu olhar se esquivando do esquadramento do olhar público.

A partir destas análises, podemos avançar com a idéia segundo a qual “ser visível” em regime midiático significa estar inserido em um tecido de gestos expressivos, viabilizando relações de conhecimento/reconhecimento e de

projeção/identificação, como no caso de Liès. Diferentemente, “ser invisível”, como Sandrine, significa ser privada destes gestos expressivos que viabilizam leituras e traduções instantâneas. No entanto, como toda construção, a visibilidade midiática é atravessada por disputas simbólicas e normativas. Neste sentido, queremos sublinhar que Sandrine e Liès se inscrevem diferentemente nestas disputas simbólicas e relações de força, mobilizando estratégias de visibilidade singulares. Neste artigo, é sobretudo a estratégia de “invisibilidade” de Sandrine que nos interessa como problemática de estudo.

2. O velamento de Sandrine como estratégia de visibilidade : “rostidade” e “crise icônica”

2.1. A questão da “rostidade”

A partir da análise de todas as imagens do nosso corpus, três aspectos recorrentes nos chamam a atenção: os primeiros planos do enquadramento jornalístico, as roupas dos protagonistas e o olhar frontal direcionado ao aparelho fotográfico (ver anexo 1– Figuras 1 e 2). Da composição destes três elementos, ganha forma uma cobertura midiática característica das narrativas de notícias locais que fazem a marca dos jornais regionais. Trata-se de privilegiar a imagem e fazendo dos personagens uma superfície de investimento afetivo do leitor. Esta hipertrofia do visual nos convida assim a um aprofundamento teórico e filosófico do conceito de “rosto”, capaz de nos esclarecer sobre a representação midiática dos protagonistas do “Caso da burca”.

Seguindo o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guattari, entendemos o conceito de “rostidade” (DELEUZE, GUATTARI, 1980, p.205-233) não como algo concreto, mas como uma engrenagem de um sistema semiótico de significação e de subjetivação. Nesta perspectiva, o “rosto” se constitui num duplo movimento : de um lado, o destacamento de uma parede, tela ou quadro (em nosso caso, a face) que permite ao significante de sobressair e, de outro lado, a escavação de um buraco ou cavidade (em nosso caso, os olhos) que permite à subjetivação de penetrar na tela. Neste sentido, seguindo estes pensadores, é a inscrição do “buraco negro” na “parede branca”

que constitui os “rostos”, entendidos como sistemas semióticos, comportando uma parte de significação e outra de subjetivação. É curioso constatar que, tal como Deleuze e Guattari, o filósofo Emmanuel Lévinas, um dos primeiros a teorizar sobre o “rostos”, também o havia feito deste o lugar da significação e do sentido. Segundo Lévinas, na medida em que o rosto do outro oferece o sentido do meu olhar, do meu lugar e da minha medida, ele me oferece uma significação e me atribui uma vocação ética, interpelando minha responsabilidade face à fragilidade do olhar do outro (LEVINAS, 1961). Este rosto de Lévinas, lugar de encontro com o outro, de igualdade e fraternidade, se opõe assim à concepção “objetificação” e “coisificação” do olhar proposta por Jean-Paul Sartre (SARTRE, 1943).

Tomando por base estes autores para analisar os retratos de Sandrine e Liès na capa do jornal *Presse Océan* (anexo 1 : figuras 1 e 2), nós observamos que a roupa dos personagens nos fala tanto que seus olhares. Elementos de reificação do “rostos”, o *niqab* da Sandrine, assim como o *kéfié* e a *chéchia* de Liès, fazem destes personagens a encarnação da religião no espaço público, segundo uma gramática cultural e histórica de estereótipos ligados ao islã na França. Estas indumentárias são rapidamente “rostificadas”, ou seja, elas são identificadas e significadas pelo nosso olhar e cultura ocidental, assim como pela exposição midiática. No entanto, como podemos notar, estes rostos tentam se liberar através do olhar que são, segundo Deleuze e Guattari, lugares de desenvolvimento da subjetividade.

Assim, podemos afirmar que, ao mesmo tempo em que a indumentária religiosa fixa esquemas de leitura e de significação, o olhar oblíquo e fatalista de Liès, assim como o olhar frontal e desafiador de Sandrine inscrevem uma subjetividade nestes rostos. É justamente a superposição destas duas camadas de sentido que libera os protagonistas de uma objetivação midiática em sentido único, quer dizer, de uma “coisificação” no sentido de Sartre. Seguindo Lévinas, poderíamos considerar que o olhar desafiador dos protagonistas traduz uma questão ética, impondo uma responsabilidade moral ao leitor deste jornal. Significação e subjetivação em função do contexto de produção e de circulação das imagens midiáticas : eis os movimentos construindo os retratos dos protagonistas do “Caso da burca”.

Detenhamo-nos, então, na construção midiática do retrato de Sandrine. “A companheira de Liès Hebbadj”, “mulher discreta”, “sossegada”, “mãe de família” : os designadores utilizados pelos jornais estudados para se referir à Sandrine tornam evidente uma construção narrativa deste personagem como familiar, de caráter plano (raso), mas cuja a intimidade e os traços psicológicos ficam preservados. A anônima que desencadeou o fato diverso de Nantes é completamente ausente dos discursos políticos prolongando a polêmica e ela só se expressa oficialmente através do seu advogado. O gesto iconoclasta islâmico, incarnado pelo *niqab* encontra em Sandrine um corolário discursivo – o laconismo – que participa junto ao primeiro da estratégia da invisibilidade do personagem. Através do corpus, constatamos que Sandrine não aparece nunca sozinha numa foto, sendo sempre acompanhada do seu marido ou advogado (anexo 2 : figuras 3-7). Nós observamos que os jornais estudados repetem de maneira sistemática a publicação de fotos de arquivo constituindo uma relação anacrônica aos textos e elementos peritextuais (título, legenda, destaques) das reportagens.

Reservada e longe dos holofotes políticos, Sandrine impõe um desafio à sua captura midiática, como ilustra nesta edição do jornal *Presse Océan* (anexo 3 : figura 8). A oposição criada pela diagramação e pelo enquadramento das fotos é flagrante : enquanto Liès fala aos microfones, Sandrine oferece suas costas às câmeras. A inclusão do aparelho fotográfico no quadro destas fotos atesta uma intencionalidade jornalística : trata-se de enfatizar a midiática destes personagens, testemunhando as diferentes relações que cada um deles entretém à publicização de suas imagens, gestos e discursos. O diálogo estabelecido entre estas fotos contamina e determina na significação e interpretação da mensagem global : Sandrine não se presta ao jogo de sua representação midiática. Na foto à direita, o ângulo em contra-plongée coloca o leitor embaixo da cena, criando uma impressão de intimização midiática de Liès que sustenta uma representação magnificada. À esquerda, o ângulo em plongée nos faz incarnar um fotógrafo em busca de Sandrine. As câmeras a procuram, mas ela não se deixa ver, nem ouvir. O *niqab* preto se transforma na sua imagem, a única possível. O efeito visual do ângulo em plongée nos confronta a um sujeito frágil e fraco. Esta linguagem visual nos oferece indícios para interpretar a invisibilidade de Sandrine como estratégica.

A propósito da noção de visibilidade em regime midiático, Nathalie Heinich demonstra que ela está baseada em um registro de tipo “singularidade sem excelência”, onde a visibilidade figura como um valor “endógeno” ou “auto-engendrado”. Materializada por dispositivos técnicos e simbólicos, esta visibilidade midiática entretém um “capital de visibilidade” calcado em uma singularidade efêmera e não em uma excelência biográfica. Então, se no caso das notícias locais a visibilidade midiática aparece como um “anti-valor” ou uma grandeza injustificada porque não merecida e quase acidental, podemos adiantar uma significação possível da invisibilidade de Sandrine : trata-se de uma recusa a uma exposição midiática que promove a visibilidade como valor ontológico (sentimento de existência e de reconhecimento social). As sociólogas Nicole Aubert e Claudine Haroche descrevem a injunção à visibilidade contemporânea como um processo consistindo em avaliar, apreciar e julgar o indivíduo em função da “quantidade de signos, textos e imagens que ele produz” (AUBERT, HAROCHE, 2011, p.8) e, não, em função do que ele mostra. Como resultado, os processos de invisibilidade – como o de Sandrine – podem ser considerados como “respostas, reações, mecanismos de defesa a estas exigências” (AUBERT, HAROCHE, 2011, p.78). Esta transposição nos permite compreender as ações de Sandrine como uma estratégia de invisibilidade voluntária justificada pelo desejo ou pela necessidade de proteger um espaço de intimidade, discrição e pudor.

2.2. O problema da “crise icônica”

Podemos observar a materialização desta invisibilidade corporal em que se esconde Sandrine nesta passagem de uma reportagem do jornal *Presse Océan*, focando a única audiência judiciária à qual Sandrine esteve presente:

Discretamente, ela passa pela porta da sala 3 do palácio da justiça de Nantes, vestida de son *niqab*. Sem fazer barulho, ele senta na sala de audiência do tribunal de polícia, em meio a numerosos jornalistas vindos assistir ao famoso processo da multa. Este que fez tanto falar. Em segundo plano, seu companheiro, Liès Hebbadj, desde então acusado de fraudar de subsídios sociais e de trabalho às escusas. Três meses depois de ser verbalizado por « circulação em condições não propícias », Sandrine vem contestar esta multa. « Eu conduzo desta forma há 10 anos. Eu já fui controlada e nunca ninguém me disse que meu *niqab* era um entrave », ela diz, logo depois de

levantar seu véu para que o tribunal verifique sua identidade. « Vocês sabem, eu sou mãe. Eu levo minhas crianças à escola e ao esporte. Eu não vou fazelas correr risco. (...) Ao juiz, ela pergunta se pode educadamente fazer uma demonstração. Aceito. Ela vira a cabeça para provar que seu *niqab* não a impede de ter uma « boa visibilidade ». O comissário representante do ministério do Interior pede, no entanto, a confirmação desta multa de 22 euros. « Os policiais anotaram que esta indumentária não era ‘solidária’ ao rosto », ele diz. « O guarda avaliou uma visão lateral a 45°».
(DORISON, 2010)

Forte em imagens, este trecho ilustre a cena-clímax da narrativa deste fato diverso correspondendo ao momento em que Sandrine se desvela. Neste sentido, não é anódino que o título da reportagem – “Velada, ela persiste e sinala” – insiste sobre o seu velamento, demonstrando que a invisibilidade do personagem é significada pela opacidade identitária do seu *niqab*. Compreendemos assim que, ao esconder o rosto de Sandrine, o *niqab* suspende a significação de seus gestos e a subjetivação de seus sentimentos, comprometendo a possibilidade de identificação da personagem unicamente nos traços de “rostidade”. Através deste ato voluntário único, imposto pelo imperativo de identificação no tribunal, Sandrine coloca em evidência a dimensão conflituosa da visibilidade midiática, atravessada por relações de força e “lutas pela visibilidade”. Seguindo Olivier Voirol na idéia que “a luta pela visibilidade quer fazer ver e fazer valer o que, em certa medida, já esta sob nossos olhos mas, não pode ser tematizada segundo os critérios de inteligibilidade disponíveis” (VOIROL, 2005, p.115), entendemos que, nesta cena, Sandrine se vale da exposição midiática para questionar as formas dominantes de aparência no espaço público francês e construir uma significação mais positiva do *niqab*. Sandrine aposta na transformação do espectro de visibilidade e na transformação das hierarquias simbólicas privilegiando os “rostos”, quer dizer, as imagens e os ícones que permitem a inscrição da significação e da subjetivação.

Nesta cena, observamos que a demonstração do movimento de cabeça no tribunal de Sandrine materializa a questão da visibilidade que nos concerne. É sobre a redução de visibilidade imposta pelo *niqab*, barrando o olhar, que se apoiou o policial. Igualmente é a impossibilidade de identificar Sandrine sob o *niqab* que a obriga a se desvelar no tribunal. Estas constatações nos levam a afirmar que o “Caso da burca” coloca em

questão os regimes de visibilidade e de publicidade republicanos que promovem, em nome da ordem e da segurança pública, a transparência do agir e a desaparecimento de zonas de sombra ou de dissimulação. Esta reflexão nos permite entender melhor o peso da imagem, do visual e do rosto nos processos de identificação, de significação e de subjetivação.

Seguindo estas análises, podemos enfim qualificar o véu integral de Sandrine não como um gesto de “iconoclasta” e “puramente destrutivo”, segundo o antropólogo Bruno Latour, mas como um gesto de “iconocrise” (LATOURE, 2009, p.138) que se situa entre a destruição e a construção. Nesta mesma ótica, a filósofa Marie-José Mondzain nota que o problema do debate sobre as imagens é primeiramente retórico ou lexical porque é diferente falar de “crise” ou de “guerra” declarada à imagem ou entre as imagens. “O combate a propósito das imagens começa em uma crise de vocabulário, de palavras que determina a leitura do visível” (MONDZAIN, 2003, p.155), sublinha Mondzain. Seguindo estes autores, podemos concluir que o *niqab* não apenas instaura uma crise no seio do regime de visibilidade francês, mas coloca o próprio pensamento em crise, se tornando o vetor de uma elaboração crítica à propósito do lugar do “invisível” no regime republicano. Se este signo do islã carrega uma retórica do invisível que se opõe à injunção à visibilidade midiática (postura destrutiva), ele pode ser significado como uma imagem de crise, de revolta e de recusa, potencialmente criadora (postura construtiva). Contrário à injunção à visibilidade midiática (postura destrutiva), este signo do islã carrega uma retórica do invisível e pode ser significado como uma imagem de crise, de revolta e de recusa, carregando assim uma potencialidade criadora (postura construtiva). Neste sentido, propomos a considerá-lo como uma imagem de crise ao mesmo tempo destrutiva e construtora, ou então, como signo de uma “iconocrise” e não de um “iconoclasmo”.

Esta interpretação não esconde nossa parcialidade interpretativa : no caso das mulheres veladas integralmente na França, mesmo se nós podemos identificar as motivações por trás deste gesto de recusa, assim como os efeitos e as significações conferidas a esta prática, nós não podemos reificar estes elementos, nem afirmar que se trata de um ato unicamente destrutivo. Ao contrário, reconhecemos no *niqab* um

potencial crítico em relação à hipertrofia da imagem no Ocidente que poderia se mostrar mais construtivo se a sua força contestatoria fosse capaz de multiplicar – ou melhor, de complexificar – as aparências legítimas no seio da esfera pública. “Não é a mesma coisa dizer que a violência se exerce contra a imagem e que ela é o lugar de um desacordo produzindo a violência” (MONDZAIN, 2003, p.142), resume Mondzain. Resta saber se este potencial construtivo encontrará uma expressão nos debates midiáticos que já problematizaram bastante sua dimensão destrutiva.

Referências

AUBERT, Nicole ; HAROCHE, Claudine (Orgs.). **Les tyrannies de la visibilité: être visible pour exister?** Toulouse: ERES, 2011.

BARTHES, Roland. **Comment vivre ensemble. Cours et séminaires au Collège de France (1976–1977).** Paris: Seuil, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille plateaux.** Paris: Minuit, 1980.

DORISON, Anne-Hélène. Voilée, elle persiste et signe. Le tribunal de police a examiné hier l’affaire du port du voile au volant. **Presse Océan**, 29 jun. 2010.

HAROCHE, Claudine. L’invisibilité interdite. In: AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine (Orgs.). **Les tyrannies de la visibilité: Être visible pour exister?** Toulouse: ERES, 2011.

HEINICH, Nathalie. Une valeur controversée: les critiques savantes de la visibilité. In: AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine (Orgs.). **Les tyrannies de la visibilité: Être visible pour exister?** Toulouse: ERES, 2011.

HEINICH, Nathalie. **De la visibilité: excellence et singularité en régime médiatique,** Paris: Gallimard, 2012.

LATOURETTE, Bruno. **Sur le culte moderne des dieux faitiches, suivi de Iconoclash.** Paris: La Découverte, 2009.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalité et infini: essai sur l’extériorité.** La Haye: Martinus Nijhoff, 1961.

LITS, Marc. **Du récit au récit médiatique.** Bruxelles: De Boeck, 2008.

MONDZAIN, Marie-José. **Le commerce des regards**. Paris: Seuil, 2003.

SARTRE, Jean-Paul, **L'être et le néant**: essai d'ontologie phénoménologique. Paris: Gallimard, 1943.

THOMPSON, John B. Transformation de la visibilité. **Réseaux**, 18(100), 187–213, 2000.

VOIROL, Olivier. Présentation visibilité et invisibilité: une introduction. **Réseaux**, 1–2 (129–130), 9–36, 2005.

VOIROL, Olivier. Les luttes pour la visibilité: esquisse d'une problématique. **Réseaux**, 1–2 (129–130), 9–36, 2005.

ANEXO 1

Figura 1



Figura 2



Legenda Figuras 1 e 2 :

Na íntegra, as manchetes do jornal *Presse Océan* tratando do « Caso da burca ».

ANEXO 2

Figura 3



Figura 4



Figura 5



Legenda Figuras 3, 4 e 5 :

Todas as fotos de Sandrine publicadas pelo jornal *Presse Océan*

Figura 6

Le niqab au volant est-il autorisé ?

L'affaire de la conductrice nantaise avait fait grand bruit. Elle était jugée, hier, au tribunal de police. Décision le 13 décembre.

Entre un excès de vitesse et une histoire de chasse au sanglier, le tribunal de police de Nantes a examiné la contravention de cette automobiliste voilée qui conduisait une Mercedes aux vitres arrière teintées.

« Aujourd'hui, je veux savoir si, en France, je peux conduire ou pas avec mon niqab », explique posément cette femme de 31 ans. Devant la présidente, elle relève le voile noir qui couvre son visage. Derrière elle, une nuée de journalistes.

Cette affaire avait pris une dimension nationale. Lies Hebbadi, le compagnon, avait été accusé en public, notamment de fraudes aux prestations sociales, par le ministre Hortefeux. Depuis, il a été mis en examen.

« Elle ne m'a pas vu »

Retour donc au PV délivré le 2 avril. Selon le motard qui a verbalisé pour « conduite dans des conditions non aisées », la tenue de la conductrice

« un voile ample et débordant sur les côtés » – diminuait sa visibilité. « Je lui ai fait signe, mais elle ne m'a pas vu. Il est évident qu'elle n'aurait pas remarqué un vélo », affirmait-il lors d'une de ses auditions.

« Je conduis voilée depuis dix ans. J'ai déjà été contrôlée par la police et on ne m'a jamais rien dit », explique la femme. Son avocat, M^e Pollono, fustige un « délit de sale gueule. D'autres conductrices voilées n'ont pas été verbalisées. Cela remet en cause l'égalité de tous devant la loi ! Quels sont les

fonctionnaires de police qui ont raison, ceux du 2 avril ou les autres ? ».

Il balaise la question de la visibilité : « Le niqab n'est pas pire qu'un casque intégral de formule 1 ». Le ministère public s'en remet au motard, seul à même d'apprécier ce port du voile et donc les conditions de la conduite. Il a requis le maintien de l'amende de 22 €.

Marylise COURAUD.



La conductrice voilée et son avocat, M^e Pollono, hier, à leur arrivée au tribunal de Nantes.

Figura 7

Le couple contre-attaque. La riposte du couple s'est jouée en deux temps. Hier matin, la femme verbalisée pour avoir conduit voilée a plaidé pour que son affaire en reste à la question « laïque et républicaine » posée par son avocat : peut-on ou pas conduire avec un niqab ? Elle refuse d'aller plus loin.

Dans un deuxième temps, Lies Hebbadi, son compagnon mis en cause par le ministre de l'Intérieur, a tenu un point presse avec son avocat, Maître Bozbec. Ils ont déploré les interventions des ministres dans des « conditions hallucinantes ». L'avocat en appelle au respect « de la vie privée, de la présomption d'innocence et de la dignité ». « Est-ce qu'on est toujours dans une République ? C'est une dérive grave. » Les deux réclament pas d'en arriver à une plainte en diffamation. « Mais si ça s'apaise, il n'y a pas de raison d'aller sur ce terrain-là », précise son avocat.

Pas d'apaisement. Le procureur a confié une enquête préliminaire à la police judiciaire. Les policiers planchent sur les soupçons de polygamie et de fraudes aux aides sociales soulevés par Brice Hortefeux. A Paris, le concert des prises de position politiques n'a pas baissé de ton, au contraire.

Que dit la Caf ? Les allocations familiales des Nantais se refusent

allocataire ait des relations avec d'autres personnes, il s'agit de relations extracongugales, cela ne regarde pas la Caf.

En revanche, lorsqu'une personne bénéficie d'une maison pour parent isolé, elle est tenue de signaler à la Caf toute perception de pension, ou changement de vie maritale. « Sinon, il doit y avoir un remboursement du trop perçu. Si la fraude est avérée, on peut aller jusqu'à porter plainte. » Ce n'est pas le cas dans ce dossier.

« Un mariage. » Le maire socialiste de Rezé, Gilles Retière, s'est exprimé hier. « Un certain nombre de politiques se sont lancés dans des affirmations assez rapides, tout cela reste à prouver. » La mairie ne signale aucun trouble, aucune « effervescence ». « Courrier ou écho » concernant cet homme et ses compagnes. La mairie dit avoir identifié dans la ville deux femmes pouvant être ses compagnes, dans des pavillons loués à des propriétaires privés. « Ils ne nous ont pas sollicités pour des aides sociales. »

« Aucun mariage n'a été enregistré en mairie de Rezé », indique l'élu. Il a connaissance d'un seul mariage, « célébré en mairie de Nantes ». Quant à la mosquée, dont le projet, en discussion depuis 2001, avait été repris par Lies Hebbadi plus récemment, Gilles Retière se réfère à l'association



Legenda Figuras 6 e 7 :

Todas as fotos de Sandrine publicadas pelo jornal *Ouest France*.

ANEXO 3

Figura 8



Legenda Figura 8 :

Páginas 4 e 5 do jornal *Presse Océan*, edição do 27 de abril de 2010, reportagens assinados por Anne-Hélène Dorison, Yan Gauchard e Emmanuel Vautier.